

Prévia da inflação oficial sobe para 1,73% em abril, diz IBGE

Preço da gasolina chega a R\$ 7,27 e é o mais alto registrado pela ANP

Página 3

Investimentos no Tesouro Direto superam resgates em R\$ 2,11 bilhões

Página 20

Dólar cai para R\$ 4,96 com alívio de lockdown em região da China

O alívio nas medidas de restrição social em uma região da China fez o mercado financeiro ter um dia de trégua na quarta-feira (27). Após subir cerca de 8% em apenas três dias, o dólar fechou em baixa, apesar de ter passado boa parte do dia vendido acima de R\$ 5. A bolsa de valores interrompeu uma sequência de sete quedas seguidas e subiu mais de 1%.

O dólar comercial encerrou a quarta-feira vendido a R\$ 4,967, com queda de R\$ 0,023 (-0,47%). A cotação iniciou o dia em alta, chegando a R\$ 5,03 por volta das 9h30, mas inverteu o movimento no início da tarde. Depois de chegar a cair para R\$ 4,95 por causa da valorização das commodities (bens primários com cotação internacional), a moeda desacelerou a queda perto do fim das negociações, mantendo-se abaixo de R\$ 5.

Com o desempenho de quarta-feira, o dólar acumula alta de 4,33% em abril. Em 2022, no entanto, a divisa caiu 10,76%.

O dia também foi marcado pela trégua no mercado de ações. O índice Ibovespa, da B3, fechou aos 109.349 pontos, com alta de 1,05%. As ações de empresas mineradoras e de siderúrgicas tiveram forte alta por causa do alívio do lockdown na região chinesa de Tangshan, principal produtora de aço do país asiático. Por causa do avanço da covid-19, diversas regiões da China, como Xangai, estão sob medidas de restrição social.

A situação na China trouxe alívio para países emergentes e exportadores de commodities, como o Brasil. Apesar de o dólar ter mais um dia de alta diante das principais moedas do planeta, a moeda norte-americana caiu perante a maioria das divisas de países emergentes.

As bolsas norte-americanas tiveram um dia misto, após as fortes quedas da última terça-feira (26), (Agência Brasil)

Previsão do Tempo

Quinta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 32°C / 18°C



Fonte: Climatempo

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	4,95
Venda:	4,95
Turismo	
Compra:	4,81
Venda:	5,15
EURO	
Compra:	5,23
Venda:	5,23

Diagnóstico de depressão cresce 40% durante a pandemia



Foto: Shutterstock/Colombina

Página 20

Crescimento na América Latina cairá para 1,8% com guerra e inflação

Página 20

Prefeitura de São Paulo investirá R\$ 130,4 mi no esporte da cidade

Página 2

Câmara aprova MP com piso permanente com R\$ 400 para Auxílio Brasil

Página 18

Esporte

Kartismo

GP Arlequim e Colombina foi uma festa de “Karnaval” no Kartódromo de Interlagos

Foi uma verdadeira festa de Carnaval o GP Arlequim e Colombina, terceira etapa do campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP), regado com muito confete e serpentina. Foram 120 pilotos desfilando competência em pleno feriado no Kartódromo de Interlagos, zona sul de São Paulo, tendo como apoteose a estreia da categoria feminina Mulheres em Ação. Os vencedores foram Alberto Otazú (Elite), Douglas Pecoraro (Graduados), Miguel Sacramento (Sênior), Marcelo Pessoa (Light) e Suzane Carvalho (Mulheres em Ação). Agora os líderes do certame são Alberto Otazú (Elite), Fábio Gudima (Graduados), Jorge Filipe (Sênior) Arthur Martins (Light) e Duda Cebolina (Mulheres em Ação).

A etapa começou com a categoria Light, com Marcelo Pessoa largando da pole position entre os 25 pilotos novatos e estreantes. Pessoa venceu com 1s003 sobre Seong Lee, autor da volta (1min00s833) mais rápida, seguidos de Matheus Pacanari (vencedor para o campeonato), Washington Guerra e Arthur Martins, que assumiu a liderança do certame.

A histórica estreia da categoria feminina apontou a estreante Barbara Lopes como a primeira pole position. Mas na corrida prevale-

ceu a experiência do piloto, instrutora e jornalista Suzane Carvalho, que comemorou a vitória com apenas 1s368 de vantagem para Duda Cebolina, que além de percorrer o giro mais rápido (1min02s753) da corrida, é a líder do campeonato da Mulheres em Ação.

A categoria Sênior viu o total domínio de Miguel Sacramento (71 anos), que largou da primeira posição do grid, estabeleceu a volta mais rápida (1min00s958) e venceu com 2s297 de folga para Luiz Gouvêa e Sousa. A seguir terminou Jorge Filipe, atual campeão da categoria dos pilotos com mais de 50 anos de idade e que assumiu a liderança do campeonato.

A Graduados foi a bateria mais disputada. Fábio Gudima conquistou a pole position, com a margem de apenas 51 centésimos de segundo para George NG S6 que na corrida deu o experiente Douglas Pecoraro, que decidiu a vitória na linha de chegada por apenas 0s182 de dianteira para Fábio Gudima Cunha (vencedor para o campeonato), que ampliou a sua vantagem na frente da pontuação. A volta mais rápida (59s729) ficou com Bruno Furlan, quinto na prova.

Finalmente na Elite, o bicampeão Alberto Otazú manteve a sua invencibilidade. Com apenas uma volta completa na tomada de tempos, ele garantiu a pole position, para depois seguir para a sua terceira vitória



Os grids da AKSP tiveram em média mais de 20 pilotos

consecutiva, com o requinte de ter feito a volta mais rápida (59s704) da etapa, e abriu 6s331 sobre Eduardo Barbosa, estreante na categoria que reúne os pilotos mais experientes.

Fora da pista, mais alegria e Carnaval!

Na cerimônia de pódio, além dos seis primeiros colocados receberam troféus e colares coloridos, o sétimo colocado de cada categoria ganhou um kit da Cervejaria Paulistânia, e a SM Reparadora de Veículos entregou troféus exclusivos para os autores de todas as poles positions e voltas mais rápidas. Os vencedores também ganharam coroa de Rei Momo, e o último colocado de cada categoria ainda levou o divertido troféu Mão de Pau. Alberto

lho bucal Dra Zaira de Abreu, óculos da Boat, flores da Floricultura Jardim dos Amores. A seguir foi comemorado com bolo o aniversário de alguns pilotos, enquanto uma dupla dava um show ao vivo com músicas carnavalescas e samba, enquanto drinks eram preparados por bartenders.

Na praça de eventos a piloto de kart, carro e moto Suzane Carvalho, que além de jornalista atua hoje como instrutora de pilotagem autografou os seus livros Curso de Pilotagem de Kart e Curso de Pilotagem de Moto, que foram vendidos a preços promocionais.

Outra ação diferenciada foi a arrecadação escova, creme e fio dental para 400 crianças de 5 a 12 anos de idade rápida pela Associação Vila das Pratas, que realiza trabalhos sociais a famílias, e em especial crianças, dando apoio físico e emocional. Neste mês será realizado um trabalho por profissionais da saúde, que ensinarão as crianças como realizar a higiene bucal.

O campeonato da Associação dos Kartistas de São Paulo (AKSP) tem o apoio de Cervejaria Paulistânia, Luvas DKR, Capacetes, coaching com Otazú, Camiseta Harderthan, curso de inglês Monster English, spa para os pés na Elo Nails, sessão de peeling na Mary Estética, drenagem linfática na Studio Divando, apare-

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 1,73% em abril deste ano. O resultado ficou acima das taxas de março deste ano (0,95%) e de abril de 2021 (0,60%). Essa é a maior variação mensal desde fevereiro de 2003 (2,19%) e a maior para um mês de abril desde 1995 (1,95%).

Com o resultado, o IPCA-15 acumula taxa de 4,31% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 12,03%, acima dos 10,79% acumulados no IPCA-

15 de março. Os dados foram divulgados na quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Oito dos nove grupos de despesa tiveram alta de preços em abril. O maior impacto veio dos transportes, que registraram inflação de 3,43% na prévia do mês.

Entre os itens que se destacaram no período estão os combustíveis, que registraram alta de 7,54%, devido ao aumento nos preços da gasolina (7,51%), óleo diesel (13,11%), etanol (6,60%) e gás veicular (2,28%).

Página 3

Prefeitura de São Paulo investirá R\$ 130,4 mi no esporte da cidade

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (Seme), investirá R\$ 130,4 milhões no setor esportivo da capital. O anúncio foi feito pelo prefeito Ricardo Nunes na noite da terça-feira (26), no Centro Olímpico de Treinamento e Pesquisa Marechal Mário Ary Pires (COTP), na Zona Sul, durante a entrega de novos equipamentos de ginástica artística. O objetivo da iniciativa é melhorar a qualidade de vida do paulistano que pratica atividade física

nos Centros Esportivos reformando os equipamentos e também estimulando a formação de jovens com potencial para serem atletas de alto rendimento

“Vamos comemorar o avanço do esporte na nossa cidade, fazer um investimento que nenhuma gestão fez nessa área. Sei como é importante ter espaços públicos para essa prática, com qualidade, para que as pessoas possam utilizá-los sem nenhuma diferença de quem usa os locais particulares”, enfatizou o prefeito Ricardo Nunes.

Entre as ações destinadas a este fim destaca-se o projeto Rede Olímpica, que faz parte do Programa de Metas. Trata-se da criação de núcleos em Centros Esportivos, em todas as regiões da cidade, que irão fazer a captação de crianças e adolescentes interessados na iniciação esportiva em modalidades olímpicas. Serão construídas as unidades Piributaba, na Zona Oeste; Cambuci e Guarapiranga, na região Sul; e Vila Maria, na Zona Norte; além de Tatuapé e José Bonifácio, na Leste.

Aqueles que demonstrarem

potencial, passarão a treinar no Centro Olímpico para serem atletas de alto rendimento. O investimento previsto para esta atividade é de R\$ 70 milhões.

O Secretário estadual de Esportes, Thiago Milhim, destacou que o esporte de alto rendimento tem que ser acessível e que a iniciativa inédita do prefeito Ricardo Nunes garantiria que todas as regiões da cidade tenham equipamentos dessa modalidade.

“Quando os prefeitos Bruno e o Ricardo ganharam a eleição, me chamaram e disseram que o Centro ficava lon-

ge da população. Quem estava na periferia levava muito tempo no transporte público para chegar até aqui e agora terão esses novos espaços. São Paulo é a capital da vacina e será a capital do esporte”, declarou.

Reformas

O Centro Olímpico receberá melhorias e as adaptações necessárias para o cumprimento das normas de segurança. Serão aplicados R\$ 23,5 milhões nessa reforma. Nos clubes serão executadas reformas emergenciais, com término

previsto para este ano. A Prefeitura investirá R\$ 36,9 milhões em dez centros esportivos, com a conclusão prevista ainda em 2022.

“Estamos aqui para trazer o que a população mais almeja: o dinheiro público bem empregado com a reforma do Centro Olímpico e a intervenção dos centros esportivos, transformando os espaços que poderão ser utilizados pelo público para práticas esportivas”, afirmou o secretário municipal de Esportes e Lazer, Carlos Augusto Vianna.

CESAR NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Vereador (presidente da Mesa Diretora) e virtual vice-prefeito Milton Leite (União) segue comemorando a subida por grupo especial das Escolas de Samba da “3ª Milênio”, da qual ele é presidente de honra. Enquanto isso a Vai-Vai caiu de novo

PREFEITURA (São Paulo)

o ex-vereador e ex-vice-prefeito - do reeleito Bruno Covas (PSDB) - Ricardo Nunes (MDB) já tá no “esquentar” pro aniversário do seu 1º ano de governo (17 maio 2022). Vai desfilar um pacote de projetos e obras que podem lhe dar reeleição (2024)

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Pela repercussão dos assassínios cometidos em roubos de celulares etc. por falsos entregadores (principalmente de moto), o deputado Olim (PP) lembrou que tem projeto pra usar todos os recursos de identificação e controle (empresas e entregadores)

GOVERNO (São Paulo)

Ex-vice governador de Aleckmin, Afif (PSD) coordenará a campanha do Tarcísio (Republicanos). Ex-deputado na ALESF, que perdeu a Mesa por Rodrigo (à época no DEM), Edson Aparecido (agora MDB) pode ser vice numa reeleição do Rodrigo (agora PSDB)

CONGRESSO (Brasil)

Corporativismo de colegas, acima de ideologia. Deputado federal (Rio) Daniel Silveira, que recebeu a “Graça” do Bolsonaro, anulando a pena de prisão dada por 10 dos 11 supremos, foi eleito pra vice-presidente da Comissão Constituição e Justiça...

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Aproveitando as eleições na França - em papel (com urnas transparentes pra poderem ser auditadas) - Bolsonaro (PL) aproveitou pra falar com cristãos, a favor das liberdades dadas por DEUS: “Nada tema nem a morte, a não ser a morte eterna”

PARTIDOS (Brasil)

Câmara Federal: PL 78; PT 56; PP 55; União 53; PSD 47; Republicanos 43; MDB 37; PSB 23; PSDB 22; PDT 19; PSC 10; Podemos 8; PSOL 8; Novo 8; PC do B 8; Solidariedade 7; Avante 6; Cidadania 6; RESOS 5; Patriota 5; PV 4; PTB 3; Rede 2

JUSTIÇAS (Brasil)

Uma perguntinha tá no ar: membros das Forças Armadas que estão participando do processo de verificar as segurança cibernéticas das urnas eletrônicas teriam encontrado ao menos indícios de que elas podem ser invadidas e fraudadas???

ANO 30

Cesar Neto é jornalista e colunista de política na imprensa (Brasil) desde 1992. A coluna cesarneto.com virou referência da liberdade possível. Recebeu Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e Colar de Honra ao Mérito (Assembleia paulista)

Email cesar@cesarneto.com - Twitter [@cesarneto-real](https://twitter.com/cesarneto-real)

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Rediôbrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e
Convocações

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50
Jornalista Responsável
Marta Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Lap. Albion, 229 - Cj. 113 -
Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

SP terá crédito para pequenos e médios agricultores, na Agrishow

O governador Rodrigo Garcia autorizou na quarta-feira (27) a destinação de R\$ 23 milhões para a linha de crédito Pró-Trator e Implementos Agro-SP, que beneficiará pequenos e médios produtores rurais na aquisição de tratores e implementos a juros zero.

Durante visita à Agrishow - Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação, Rodrigo Garcia também entregou 6 tratores e 10 veículos, além de anunciar a inclusão de mais 19 municípios da região de Ribeirão Preto no programa Rotas Rurais com a entrega do mapeamento de endereços.

“A Agrishow depois de dois anos volta e nos dá esperança de um futuro promissor, sabemos que o Brasil que queremos é esse. Alegria de ver o agronegó-

cio crescendo no Brasil, a eficiência e a tecnologia distribuindo renda e gerando riquezas também para São Paulo”, afirmou Rodrigo Garcia.

Em visita ao estande da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o governador anunciou a criação da linha de crédito Pró-Trator e Implementos Agro-SP, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP). O valor destinado será de R\$ 23 milhões e beneficiará produtores rurais, tanto pessoa física como jurídica, com renda bruta anual de até R\$ 1 milhão. Os itens que poderão ser financiados são tratores de até 85cv e implementos nacionais com teto de R\$ 300 mil.

Segurança no Campo

Também pelo Fundo de Ex-

pansão do Agronegócio Paulista (FEAP), Rodrigo Garcia entregou seis tratores a produtores rurais da região, com valor total correspondente a R\$ 1,5 milhão.

Pelo programa AgroSP+ Seguro, foram entregues 10 pick-ups 4x4, diesel, turbo e cabine dupla, adaptadas com giroflex e tecnologias como GPS e rádio comunicador para os municípios de Araraquara, Batatais, Bauriânia, Jardinópolis, Pontal (2), Pradópolis, Sertãozinho, Casa Branca e São José do Rio Preto. Os veículos serão usados para o trabalho de ronda na zona rural.

A iniciativa visa garantir mais segurança no campo, em parceria com os municípios. Com viaturas específicas e identificadas para o trabalho de ronda

na zona rural, o programa incentiva as prefeituras na implementação das ações sociais para melhorar as condições de vida das pessoas na área rural.

Rotas Rurais

Pelo programa Rotas Rurais, Rodrigo Garcia entregou 19 mapas de geolocalização da zona rural dos municípios de Bauriânia, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guaratã, Jardinópolis, Luiz Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serra e Sertãozinho, Pioneira e inédita na América Latina, a ação é desenvolvida pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento em parceria com o Google.

Em abril, Poupatempo tem mais de 9 mil vagas para renovação de CNH

Desde a retomada do calendário de vencimento das habilitações, suspenso pelo Governo Federal durante o período mais crítico da pandemia, o Poupatempo tem promovido mutirões para renovação de CNH. A próxima ação acontecerá no sábado (30) para ajudar os motoristas que estão com os documentos vencidos entre novembro e dezembro de 2020 e precisam renová-los até o final do mês de abril.

A grade de agendamento será liberada na quarta-feira (27) para o atendimento presencial. Os condutores devem aproveitar a oportunidade para regularizar a situação da CNH em uma das unidades do Poupatempo no estado de São Paulo. Serão oferecidas 9,3 mil vagas distribuídas em todos os postos do programa, que devem ser agendadas previamente pelos canais eletrônicos de forma gratuita - portal www.poupatempo.sp.gov.br, aplicativo Poupatempo Digital e totens de autoatendimento.

A prioridade é atender aqueles que estejam com a habilitação para vencer ainda neste mês e precisam realizar alterações no documento, como transferência interestadual, por exemplo.

A renovação simplificada

podem ser feita preferencialmente de forma remota, tanto pelo Poupatempo quanto pelos canais do Detran.SP. Para isso, o motorista não precisa comparecer presencialmente em uma unidade, bastando seguir o passo a passo do atendimento online, realizar o exame médico na clínica indicada durante o processo e o novo documento chegará ao endereço de cadastro, pelos Correios.

Vale lembrar que motoristas que tenham CNH nas categorias C, D ou E precisam realizar o exame toxicológico em laboratório credenciado pela Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) com antecedência, pois o laudo poderá ser solicitado durante o exame médico. O exame é válido por dois anos e meio para menores de 70 anos e tem a mesma validade da CNH para maiores de 70 anos. Outra opção é o motorista solicitar o rebaixamento de categoria, o que também pode ser feito por canais digitais, inclusive durante o processo de renovação simplificada.

Neste ano, o Poupatempo já realizou quase um milhão de renovações de CNH, sendo que apenas 315 mil foram feitas pre-

sencialmente, nas unidades do programa. Ao longo de 2021, 7 milhões de cidadãos deram entrada ao processo de renovação da habilitação no Poupatempo e, desse total, 4,5 milhões de solicitações (65%) foram realizadas de forma online.

Desde a reabertura das unidades, após o período mais crítico da pandemia, o Poupatempo atende de forma presencial apenas os serviços que ainda não estão disponíveis nas plataformas digitais, como a primeira via do RG, transferência interestadual e alteração nas características do veículo, por exemplo, sempre mediante agendamento prévio. O programa mantém ainda protocolos sanitários para a segurança de colaboradores e da população.

As demais opções, além da própria renovação simplificada de CNH, como licenciamento de veículos, compra de IPVA, Atestado de Antecedentes Criminais, Carteira de Trabalho Digital, seguro-desemprego, Carteira de vacinação digital da Covid-19, entre outras, estão disponíveis nos canais eletrônicos do Poupatempo. Atualmente, quase 190 serviços podem ser acessados pelo portal, app e totens

de autoatendimento do Poupatempo.

Para renovar a CNH, basta acessar o portal www.poupatempo.sp.gov.br ou aplicativo Poupatempo Digital, clicar em Serviços > CNH > Renovação de CNH. Após confirmar ou atualizar os dados, o motorista agenda e realiza o exame médico na clínica credenciada indicada pelo sistema.

Quem exerce atividade remunerada ou optar pela inclusão do EAR na CNH, precisa passar também pela avaliação psicológica e será direcionado a um profissional credenciado ao sistema. Se for aprovado nos exames, é necessário pagar a taxa de emissão e aguardar as orientações que serão enviadas por e-mail pela Senatran para acessar a CNH Digital, que tem a mesma validade do documento físico, disponível no aplicativo Carteira Digital de Trânsito (CDT). O código de segurança para acessar a CNH digital também pode ser consultado pelos canais eletrônicos do Poupatempo.

Para evitar deslocamentos e proporcionar mais conforto e comodidade, o cidadão irá receber a CNH física, pelos Correios, no endereço indicado pelo motorista.

SP promove o “Dia D” de vacinação contra a gripe e o sarampo

O Governo de SP promove neste sábado (30) o “Dia D” para a imunização de crianças contra o sarampo e gripe. A ação visa vacinar o público infantil, de 6 meses a menores de 5 anos de idade, para a prevenção das doenças para essa faixa etária. A campanha será realizada em cerca de 3,2 mil postos de Saúde em todo o Estado, que estarão abertos entre as 8h às 17h.

“É fundamental a conscientização dos pais e responsáveis sobre a importância da imunização da vacinação contra a gripe e o sarampo para as crianças. As vacinas são seguras e protegem contra formas graves da doença”, destaca a Diretora de Imunização de São Paulo, Níthia Araújo.

A meta é vacinar 95% do público infantil (público-alvo de

12,9 milhões) contra o sarampo e atualizar a caderneta vacinal dos profissionais de saúde. Estes trabalhadores já têm a vacina disponível contra a gripe desde o começo do mês.

Neste sábado também começa uma nova etapa da campanha de vacinação contra a gripe voltada para crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade.

A imunização para os idosos acima de 60 anos e os profissionais de saúde ocorre desde o final de maio e, até o momento, apenas 30,9% do público-alvo recebeu a vacina. A meta do Governo de SP e do Ministério da Saúde é de imunizar 95% da população.

Nesta ação especial do dia 30, crianças, idosos e profissionais de saúde poderão ser vacinados contra a gripe. A vacina

contra Influenza é trivalente e 100% produzida pelo Instituto Butantan, e é composta pelos vírus H1N1, a cepa B e o H3N2, do subtipo Darwin, que causou os surtos localizados no final do ano passado.

As vacinas contra o sarampo e o vírus Influenza podem ser tomadas simultaneamente, exceto para as pessoas que foram diagnosticadas com Covid-19.

Neste caso, a recomendação é aguardar um intervalo de 30 dias para buscar a imunização para as demais doenças depois da recuperação do quadro clínico. Além disso, para as crianças entre 5 a 11 anos é necessário um intervalo de 15 dias entre as vacinas destinadas à campanha e contra o coronavírus. Calendário de SP de vacina-

ção contra a Influenza (gripe)

- 27 de março: Idosos acima dos 80 anos;

- 4 de abril: Idosos acima de 60 anos e trabalhadores da saúde;

- 30 de abril: Crianças acima de 6 meses e menores de 5 anos de idade;

- 2 de maio: Gestantes e puérperas;

- 9 de maio: Indígenas, professores, pessoas com deficiência e pessoas com comorbidades;

- 16 de maio: forças de segurança e salvamento, forças armadas, funcionários do sistema prisional, caminhoneiros, trabalhadores do transporte coletivo rodoviário de passageiros urbanos e de longo curso, trabalhadores portuários e população privada de liberdade e adolescentes e jovens sob medida socioeducativa.

Prévia da inflação oficial sobe para 1,73% em abril, diz IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), que mede a prévia da inflação oficial, ficou em 1,73% em abril deste ano. O resultado ficou acima das taxas de março deste ano (0,95%) e de abril de 2021 (0,60%). Essa é a maior variação mensal desde fevereiro de 2003 (2,19%) e a maior para um mês de abril desde 1995 (1,95%).

Com o resultado, o IPCA-15 acumula taxa de 4,31% no ano. Em 12 meses, a taxa acumulada chega a 12,03%, acima dos 10,79% acumulados no IPCA-15 de março. Os dados foram divulgados na quarta-feira (27) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre os itens que se destacaram no período estão os combustíveis, que registraram alta de 7,54%, devido ao aumento nos preços da gasolina (7,51%), óleo diesel (13,11%), etanol (6,60%) e gás veicular (2,28%). Outro grupo de despesas com alta importante foi alimentação e bebidas (2,25%), com elevação de preços em produtos como tomate (26,17%), leite longa vida (12,21%), cenoura

(15,02%), óleo de soja (11,47%), batata-inglesa (9,86%) e pão francês (4,36%). Outros destaques foram os grupos habitação (1,73%), vestuário (1,97%), artigos de residência (0,94%), despesas pessoais (0,52%), saúde e cuidados pessoais (0,47%), educação (0,05%). O único grupo com deflação (queda de preços) foi comunicação (-0,05%). (Agência Brasil)

Chanceler defende zona de exportação especial para semicondutores

O ministro das Relações Exteriores, Carlos França, defendeu na quarta-feira (27) a criação de zonas tributárias especiais para atrair fabricantes de semicondutores para o Brasil, num momento de escassez do produto no mercado mundial.

O incentivo se daria pela criação de zonas de processamento de exportações (ZPE), áreas que funcionam com isenção de impostos, autonomia cambial e regras administrativas simplificadas. França disse que o tema é discutido no governo, e que o ministro da Economia, Paulo Guedes, demonstra entusiasmo com a ideia.

"Penso que a criação de um ambiente desse tipo no Brasil não apenas reforçaria a indústria já existente no país, mas também atrairia novos investidores para o mercado nacional, em momento em que as empresas líderes no mercado mundial buscam diversificar e descentralizar as suas produções", disse o chanceler.

A defesa se deu durante seminário sobre a cadeia internacional de semicondutores, realizado no Itamaraty. O problema chama atenção do governo por afetar praticamente todos os setores da indústria e pressionar os preços no mercado interno.

O problema afeta de forma mais aguda, por exemplo, a produção nacional de carros, que vem sofrendo sucessivas quedas devido à falta de semicondutores, segundo a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Com a oferta menor que a demanda, os preços subiram bastante no mercado de veículos. A entidade tem pressionado pela adoção de políticas para aumentar a produção nacional do componente.

Hoje, o Brasil produz somente 10% da demanda nacional por chips e semicondutores. De acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de

Semicondutores (Abisem), há no país 20 empresas atuantes no setor, cujo faturamento em 2021 foi de R\$ 4,5 bilhões.

Para aumentar essa produção, o Congresso aprovou no ano passado a prorrogação até 2026 dos incentivos de crédito previstos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).

Ministro diz que Brasil pode se beneficiar da crise internacional

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse na quarta-feira (27) que a pandemia e a guerra entre Rússia e Ucrânia podem representar oportunidades para o Brasil, uma vez que as rupturas de cadeias produtivas abriram espaço para "relocalizações industriais", que têm por base dois alicerces: proximidade logística e confiabilidade decorrente de segurança institucional.

De acordo com Guedes, essa "relocalização industrial" e a reconfiguração das cadeias produtivas serão "baseadas em confiabilidade e em segurança institucional". "É basicamente em cima da confiança. Querem alguém que siga as regras do jogo, que não mude regras e não tome medidas unilaterais agressivas e geopoliticamente instáveis. Querem que sejam previsíveis. O Brasil está perto e é confiável", disse, reiterando a defesa que sempre faz da simplificação de impostos e do sistema tributário.

O ministro classificou como "absurdamente elevado" o contencioso tributário administrativo do país.

O tema foi abordado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux. Tendo por base levantamentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Fux disse que o contencioso tributário atual é caracterizado pelo grande número de processos tributários administrativos e judiciais ainda pendentes de julgamento.

"É uma oportunidade histórica a que o Brasil tem agora, como consequência de duas crises absolutamente inesperadas. Precisamos compreender isso para nos posicionarmos corretamente. Essa ruptura de cadeias produtivas e a consequente relocalização industrial; essa reconfiguração das cadeias produtivas globais terá dois alicerces. Um é a proximidade logística, e o Brasil está bem próximo da civilização ocidental, sejam Estados Unidos ou Europa", disse o ministro no Seminário de Diagnóstico do Contencioso Tributário Administrativo, em Brasília.

O ministro destacou algumas propostas do governo visando a modernização de marcos regulatórios que, segundo ele, podem aumentar o interesse externo em investir no país. Ele disse que o governo pretende reduzir "excessos arrecadatórios, em face do controle de gastos", ao mesmo tempo em que criticou o fato de que "quem tem lobby em Brasília e capacidade de acumular influência" consegue isenção de impostos.

"No outro extremo, têm aqueles que também têm poder econômico mas, sem poder político, procrastinam o pagamento e enfrentam a Receita, apelando para todas as instâncias da Justiça. Eles vão empurrando as divisões e ficam até 20 anos sem pagá-las", acrescentou.

"O relatório aponta também que o tempo médio de tramitação do processo de execução fiscal baixado no poder Judiciário é de 8 anos e 1 mês, o que conduz à conclusão de que a capacidade julgadora na seara tributária, tanto no âmbito judicial como no administrativo, parece revelar dificuldade intrínseca na aplicação do princípio constitucional da razoável duração do processo, hoje constante como direito fundamental do cidadão", disse.

BC adia nova etapa de saques de valores esquecidos por causa de greve

Os correntistas que esperavam novas oportunidades para resgatar valores esquecidos em instituições financeiras terão de esperar. Por causa da greve dos servidores, o Banco Central (BC) adiou o início da segunda etapa de consultas e de saques do Sistema de Valores a Receber (SVR), que começaria em 2 de maio. Não há previsão de quando a nova fase entrará em funcionamento.

Em nota, a autoridade monetária informou apenas que "a greve dos servidores do BC prejudicou o cronograma de desenvolvimento das melhorias do Sistema de Valores a Receber". Segundo o órgão, a nova data será comunicada

com a devida antecedência, sem entrar em detalhes.

No último dia 16, os servidores do BC suspenderam a greve que tinha começado em 1º de abril, mas mantêm a operação-padrão. A divulgação de estatísticas está sendo gradualmente retomada, mas o desenvolvimento de novos projetos, como a segunda fase do Sistema de Valores a Receber, continua suspenso. Caso não haja acordo, a categoria pretende retornar a greve a partir de 3 de maio.

A primeira etapa do SVR terminou no dia 16, considerando as várias respecagens. Nesta fase, 28 milhões de pessoas ou empresas puderam sa-

car até R\$ 3,9 bilhões esquecidos nas seguintes fontes de recursos:

contas-correntes ou poupanças encerradas e não sacadas;

cobranças indevidas de crédito previstas em termo de compromisso assinado com o BC;

Lembre sempre de lavar as mãos

Reajustes salariais por negociações em março ficam iguais ao INPC

O reajuste mediano dos salários obidos nas negociações salariais em março deste ano ficou igual ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos últimos 12 meses, de 10,8%. De acordo com o boletim mensal da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Salarímetro - Mercado de Trabalho e Negociações Coletivas, o mês de março repetiu o padrão dos últimos 12 meses, com aumento real mediano nulo ou negativo.

INPC foi de 49,9%, enquanto as negociações em que se obtiveram aumentos iguais ao índice foi de 34,1%. A proporção de reajustes médios foi de 10,1%. O boletim indicou ainda que o regime de trabalho híbrido é um tema com espaço crescente na negociação coletiva. As cláusulas mais frequentes nos acordos e nas convenções coletivas no primeiro trimestre de 2022 foram o controle de jornada, que aparece em 50,6% dos acordos coletivos e em 1,5% das convenções coletivas. Em seguida vem a ajuda de custo (75,1% e 29,9%), horário flexível (36,7% e 43,3%), e prevenção de acidentes (69,6% e 6,7%). (Agência Brasil)

Preço da gasolina chega a R\$ 7,27 e é o mais alto registrado pela ANP

O preço ao consumidor da gasolina comum subiu pela segunda semana seguida e atingiu o valor médio no país de R\$7,270 o litro, o mais alto já registrado pelo Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O recorde anterior foi verificado na semana de 13 a 19 de março, quando o combustível estava sendo vendido a R\$ 7,267, a primeira vez acima de R\$ 7.

Dados do Sistema de Levantamento de Preços (SLP) da ANP indicam que, na semana entre 17 e 23 de abril, a média por região foi menor no Sul, com R\$ 7,109, e maior no Centro-Oeste, com R\$ 7,440. O maior valor encontrado para a gasolina foi R\$ 8,559 e o menor, R\$ 6,190. A pesquisa envolveu 5.235 postos de abastecimento.

Consumo aparente de bens industriais tem alta de 0,4% em fevereiro

O Indicador de Consumo Aparente de Bens Industriais, divulgado na quarta-feira (27) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), registrou alta de 0,4% em fevereiro, em relação a janeiro, na série com ajuste sazonal. Com o resultado, o trimestre móvel encerrado em fevereiro teve expansão de 0,5% na margem, marcando o terceiro período consecutivo de alta.

Os dados mostram que enquanto a produção interna destinada ao mercado nacional subiu 0,6%, em fevereiro, e 0,9% no trimestre móvel, as importações de bens industriais tiveram quedas de 1,7% e 6,5%, respectivamente.

Na comparação com fevereiro de 2021, entretanto, a demanda interna por bens industriais caiu 7,1%, o que levou o trimestre móvel a registrar também retração de 6,1% em relação ao verificado no mesmo período do ano passado.

Já no acumulado em 12 meses, a demanda cresceu 5,7%, enquanto a produção industrial, medida pela Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), teve alta de 2,8%. Na mesma base de comparação, as importações de bens industriais cresceram 24,8%.

Segundo o Ipea, excetuando o consumo aparente de bens intermediários, todos os demais grandes grupos econômicos apresentaram alta em fevereiro,

segunda para a terceira semana de abril foi de 0,7%. Na semana anterior, o crescimento havia sido de 0,37%. A escalada do preço da gasolina se acentuou no ano passado. A primeira vez que o litro da gasolina comum passou de R\$ 5 foi em março do ano passado, quando os postos do país cobraram, em média R\$ 5,484 pelo litro do combustível. Em setembro do ano passado, o valor atingiu R\$ 6,078.

Prefeitura abre 20 vagas em curso de formação básica gratuita na área de Gastronomia

A cidade de São Paulo é o sétimo melhor destino gastronômico do mundo, de acordo com o ranking divulgado pelo Traveler's Choice do TripAdvisor, em 2021. Pensando nessa tendência e na retomada econômica que São Paulo oferece no mês de maio um curso gratuito de formação básica em gastronomia, do Programa Cozinha Escala, executado pela Fundação Paulista, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. As aulas acontecerão no bairro Aclimação, região central da cidade.

Rápida e direcionada, a qualificação ensina aos iniciantes os conceitos e métodos mais comuns dentro da cozinha, com a seleção de ingredientes aos tipos de cortes de alimentos; utilização de equipamentos e utensílios; entre outros. Além disso, os alunos irão aprender receitas com preparo de comida, ovos, sopas, massas, molhos e introdução à confeitaria.

"A gastronomia é uma das vocações da cidade de São Paulo. Por isso, a Prefeitura abre inscrições para estes cursos com o objetivo de preparar profissionais para o mercado de trabalho econômico. Por meio destas capacitações, vamos gerar oportunidades de trabalho e renda, seja por um emprego formal ou até mesmo com o empreendedorismo e a criação de novos negócios", declara a secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso.

No conteúdo programático, os participantes vão produzir pratos como caldo verde, vinagre, risoto, polenta, feijão tropeiro, batão de dois e feijão. Macarrão, tortas, queijos, galinhada, bôfê de camarão, estrogonofe, bolô de cenoura e carolinas também fazem parte do cardápio.

O curso tem carga horária de 120 horas, e as aulas são ministradas por professores do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) contratada via edital pela Fundação Paulista. Todos os cursos têm certificado de conclusão. Para participar é necessário ter no mínimo 16 anos e Ensino Fundamental completo até o nono ano. É preciso utilizar calça comprida e sapato fechado durante as aulas práticas.

Os participantes também recebem seis horas de conteúdo sobre inserção no mercado de trabalho e geração de renda. Os alunos são orientados a fazer o curso sobre Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, com certificado validado pelo Covisa - Coordenação de Vigilância em Saúde, responsável pela vigilância sanitária na cidade de São Paulo, disponível no Portal do Cate.

O Programa Cozinha Escala tem a finalidade de promover qualificação profissional gratuita em curto prazo, por meio de cursos, oficinas, workshops e formatos afins. O objetivo é atender às demandas do mercado de trabalho, com foco no desenvolvimento de produtos e de técnicas culinárias, proporcionando rápido o acesso ao mercado, com geração de renda e empreendedorismo.

Desde a criação do programa em 2019, mais de 26,5 mil pessoas se capacitaram na área da gastronomia. "A Fundação Paulista sempre busca pela qualidade dos cursos, que tenham rápido emprego e geração de renda. Nosso objetivo é levar cursos gratuitos a quem precisa, e assim reduzir as desigualdades sociais", ressalta a diretora geral da Fundação Paulista, Maria Eugênia Ruiz Gumil.

A Fundação Paulista de Educação Tecnológica e Cultural, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, da Prefeitura de São Paulo é responsável pela gestão da Escola Municipal de Educação Profissional e Saúde Pública Profª Magikugi e do Centro de Formação Cultural Cida de Tiradentes.

Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus

Table with financial data for Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus. Includes columns for Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit/Deficit do Período, and Demonstração de Fluxo de Caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBILIS FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus é uma associação de caráter beneficente, criada para a formação e promoção da pessoa humana, através da Educação e da Assistência Social. A Associação tem como objetivo, dentre outros, promover as políticas públicas educacionais e sociais, bem como a prestação de serviços de assistência social, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 2 - APLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBILIS FINANCEIRAS: As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas contábeis brasileiras, adotadas pelo Conselho Nacional de Contas (CNC) em virtude da natureza jurídica da entidade, bem como com as normas contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Contas (CNC) para as organizações sem fins lucrativos.

NOTA 3 - RECONHECIMENTO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação São Francisco de Assis - Irmãs de São Francisco da Providência de Deus é reconhecida como entidade beneficente de assistência social, inscrita no CNPJ nº 06.928.201/0001-90, sob o nº de inscrição estadual nº 13.128.201/0001-90, sob o nº de inscrição municipal nº 13.128.201/0001-90.

NOTA 4 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 5 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 6 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 7 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 8 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 9 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 10 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 11 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 12 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 13 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 14 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 15 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 16 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 17 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 18 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 19 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 20 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 21 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 22 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 23 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 24 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

NOTA 25 - ATIVIDADES BENEFICENTES - EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: A Associação mantém em funcionamento o curso de formação de professores de Educação Infantil, bem como o curso de formação de professores de Educação Fundamental, visando a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

PRESENCIA DO CONSELHO FISCAL NA ASSOCIAÇÃO SÃO FRANCISCO DE ASSIS - IRMÃS DE SÃO FRANCISCO DA PROVIDÊNCIA DE DEUS

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. João da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 123.456.789-01.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Maria da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-02.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Carlos da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-03.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Ana da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-04.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Pedro da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-05.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Juliana da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-06.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Gabriel da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-07.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Sofia da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-08.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Lucas da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-09.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Helena da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-10.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Arthur da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-11.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Talita da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-12.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Enzo da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-13.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Ariane da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-14.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Igor da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-15.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Leticia da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-16.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Matheus da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-17.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Camilla da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-18.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Davi da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-19.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Dora da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-20.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Estevão da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-21.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Jéssica da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-22.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Kleber da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-23.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Larissa da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-24.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Leonardo da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-25.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Letícia da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-26.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Luan da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-27.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Luiza da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-28.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Mateus da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-29.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Nathalia da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-30.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Otávio da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-31.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Rafaela da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-32.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Ricardo da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-33.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Roberta da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-34.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Rodrigo da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-35.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Soraia da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-36.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Thales da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-37.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Tereza da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-38.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Vinícius da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-39.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Vitória da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-40.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Wellington da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-41.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Yasmim da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-42.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Yuri da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-43.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zuleika da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-44.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Carlos da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-45.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Fernando da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-46.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Luiz da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-47.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Maria da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-48.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Roberto da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-49.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Sérgio da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-50.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Tarciso da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-51.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Teodoro da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-52.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Tereza da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-53.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Terezinha da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-54.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valdeci da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-55.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valdir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-56.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-57.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-58.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-59.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-60.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-61.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-62.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-63.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-64.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-65.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-66.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-67.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-68.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-69.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-70.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-71.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-72.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-73.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-74.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-75.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-76.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-77.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-78.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-79.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-80.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-81.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-82.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-83.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-84.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-85.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-86.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-87.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-88.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-89.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-90.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-91.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-92.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-93.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 432.109.876-94.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 098.765.432-95.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 654.321.098-96.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 321.098.765-97.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 987.654.321-98.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 543.210.987-99.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 210.987.654-100.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF: 876.543.210-101.

Nome, endereço e CPF do Fiscal: Sr. Zé Valmir da Silva, Rua São Francisco, nº 123, São Paulo, SP. CPF:

continuação

Table with columns: Transações, Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido. Rows include Despesas com serviços prestados, Receitas, Despesas, Contas a receber, etc.

Table with columns: Despesas com serviços prestados, Receitas, Despesas, Contas a receber, etc. Rows include Contratos, CDR, Bancos, etc.

Table with columns: Despesas com serviços prestados, Receitas, Despesas, Contas a receber, etc. Rows include Despesas com profissionais chave da administração, Remuneração, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Table with columns: Saldo a pagar, Saldo a receber, etc. Rows include Alíquotas, Benefícios, Provisão para reestruturação, etc.

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

Vara Federal Civil da Justiça do Distrito Federal, para requerer... 85% líquido e cinco por cento da variação da taxa de juros SELIC...

continuação

TRALUCE CONTABILIZANDO S.A.

CNPJ 14.914.786/0001-67

Demonstrações Contábeis para os exercícios finais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 - (Valores expressos em reais)

Table with columns: Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020, and Demonstrações do Resultado. Rows include: Ativo Circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Resultado operacional líquido, Lucro antes do IR e da CS, Resultado financeiro, Lucro líquido (prejuízo) do exercício.

Table: DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020. Columns: Saldo em 31 de dezembro de 2019, Saldo em 31 de dezembro de 2020, Saldo em 31 de dezembro de 2021. Rows: Lucro do exercício, Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Fluxos de caixa das atividades operacionais, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020 - (Em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: A Traluce Construções S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Balnearia, 170, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo... 2. Apresentação das demonstrações contábeis: A administração preparou as demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil... 3. Caixa e equivalentes de caixa: A administração considera como caixa e equivalentes de caixa os depósitos em bancos e aplicações financeiras de curto prazo... 4. Contas a receber: A administração reconhece o direito de receber em função da entrega de bens ou serviços... 5. Impostos a recuperar: A administração reconhece o direito de recuperar impostos em função de créditos fiscais... 6. Partes relacionadas: A administração reconhece as partes relacionadas e as transações com estas partes... 7. Investimentos em Controladas: A administração reconhece os investimentos em controladas e as operações com estas partes... 8. Instrumentos financeiros: A administração reconhece os instrumentos financeiros e as operações com estes instrumentos... 9. Intangível: A administração reconhece os ativos intangíveis e as operações com estes ativos... 10. Acervo Hídrico: A administração reconhece o acervo hídrico e as operações com este acervo... 11. Obrigações trabalhistas, salariais e encargos sociais: A administração reconhece as obrigações trabalhistas, salariais e encargos sociais... 12. Reconhecimento da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social: A administração reconhece a despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social... 13. Instrumentos financeiros: A administração reconhece os instrumentos financeiros e as operações com estes instrumentos... 14. Instrumentos financeiros: A administração reconhece os instrumentos financeiros e as operações com estes instrumentos... 15. Receita bruta de prestação de serviços: A administração reconhece a receita bruta de prestação de serviços... 16. Outras receitas: A administração reconhece outras receitas e as operações com estas receitas... 17. Imposto e abatimento: A administração reconhece o imposto e abatimento e as operações com estes itens... 18. Fluxos de caixa das atividades operacionais: A administração reconhece os fluxos de caixa das atividades operacionais... 19. Fluxos de caixa das atividades operacionais: A administração reconhece os fluxos de caixa das atividades operacionais... 20. Fluxos de caixa das atividades operacionais: A administração reconhece os fluxos de caixa das atividades operacionais...

(Continua...)

16. Custos dos serviços prestados

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Custos com mão de obra e encargos, Custos com serviços de terceiros, Custos com materiais, etc.

17. Despesas gerais e administrativas

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Prestação de serviços de terceiros, Despesas com tributos e contribuições, Despesas com comunicação, etc.

18. Despesas financeiras

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2021, 2020. Rows include Multas e juros, Despesas bancárias.

PAULO ARTHUR BORGES Diretor
DEIGO GARDIA DE SOUSA Contador - CRC 15P-310.453/0-8

RELATORIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

usários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos o cuidado profissional ao longo da auditoria. Além disso: Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam de maneira adequada os eventos de maneira confiável e com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, da idoneidade profissional dos membros da equipe de auditoria, inclusive as eventuais deficiências identificadas nos trabalhos. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção inerentes às demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, o que já fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contábil, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e específicas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a aplicação do uso de julgamento profissional na base contábil de contabilidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, concluímos que não há distorção relevante no Relatório da Administração sobre os requisitos e comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e a adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo tratamento contábil que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia em reconhecer, mensurar, registrar, apresentar e divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, o que não é o propósito das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto com as informações relevantes, não contenham distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria independente sempre identificará todas as distorções relevantes. As distorções podem ser o resultado de fraude ou erro e são consideradas separadamente quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos

Manoel Luiz Luciano Veira - Contador - CRC/SP - CT 15P.115.010/U-8 - IRRACON - 1172 - CPF 029.423.178-49

Santa Cruz Geração de Energia S.A. CNPJ/MF nº 07.614.088/0001-80

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Demonestrações Financeiras 2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Imobel S/A Urbanizadora e Construtora

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Manifer Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Tajual Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Manifer Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Manifer Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Manifer Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Manifer Participações S/A

Relatório da Administração - Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e comparadas também a legislação societária brasileira.

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, etc.

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Table with columns: 2021, 2020. Rows include Receita líquida dos produtos vendidos, Custos dos produtos vendidos, Recargas (despesas) operacionais, etc.

Em 1º de Janeiro de 2020, 2020, 2021, 2021

Continuação

São Sérgio e Mezzanin. (iii) As Debênturas de R\$ 5 milhões - Série Unic acumularam de...

RUEGE SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS S.A. - CNPJ 21.976.484/0001-89 - Companhia Aberta

Administração da Companhia nem o entendimento de que não há qualquer ato...

Table with financial data for RUEGE SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS S.A. including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Table with financial data for RUEGE SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS S.A. including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

DIRETORIA

DIRETORIA

XPCE RE Alô da Boa Vista Participações S.A.

Table with financial data for XPCE RE Alô da Boa Vista Participações S.A. including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

XPCE RE Ministro Gabriel S.A.

Table with financial data for XPCE RE Ministro Gabriel S.A. including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Araçua Participações S/A

Table with financial data for Araçua Participações S/A including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Rafaga Participações S/A

Table with financial data for Rafaga Participações S/A including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Esver Participações S/A

Table with financial data for Esver Participações S/A including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Rafagê Participações S/A

Table with financial data for Rafagê Participações S/A including columns for 31/12/2021 and 31/12/2020.

Despesas por Contingências
Resultado Financeiro Líquido
Partes relacionadas: Acordo Operacional - Administração
Impactos do COVID-19
Relatório de Administração

Mineração Dardanelos Ltda.

CNPJ/MF nº 03.686.720/0001-40

Relatório de Administração

Sócio-acionistas: Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compostas pelo Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado. Queremos agradecer aos nossos clientes, fornecedores e prestadores de serviços, pelo apoio e cooperação e a confiança em nós depositada, em especial, aos nossos colaboradores, pelo empenho apresentado.

São Paulo-SP, 27 de abril de 2022. D. Diretoria

Table with 3 columns: Balanço Patrimonial - Exercícios finais em 31 de dezembro (Em milhares de reais), with sub-columns for 2021 and 2020. Rows include Ativo Circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo Circulante, Passivo não circulante, Total do passivo, and Demonstração do Resultado Abrangente.

Table with 3 columns: Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios finais em 31 de dezembro (Em milhares de reais), with sub-columns for 2021 and 2020. Rows include Prejuízo líquido, Outros resultados abrangentes líquidos de imposto de renda e contribuição social, e Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Exercícios finais em 31 de dezembro (Em milhares de reais)

1. Informações gerais - A Mineração Dardanelos Ltda. ("Empresa" ou "Dardanelos") é uma sociedade limitada de capital fechado inscrita no CNPJ nº 03.686.720/0001-40, com sede em São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 03.686.720/0001-40, sob o regime de tributação de pessoa jurídica.

2. Base de preparação - Demonstração Financeira: As demonstrações financeiras foram preparadas e são apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, de acordo com o Pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) nº 4, que trata das demonstrações financeiras consolidadas.

3. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

4. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

5. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

6. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

7. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

8. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

9. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

10. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

11. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

12. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

13. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

14. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

15. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

16. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

17. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

18. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

19. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

20. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

21. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

22. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

23. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

24. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

25. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

26. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

27. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

28. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

29. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

30. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

31. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

32. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

33. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

34. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

35. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

36. Risco de reputação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Reputação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção da imagem e credibilidade da empresa.

37. Risco de continuidade de operação: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Continuidade de Operação, que estabelece limites e procedimentos para garantir a continuidade das operações da empresa.

38. Risco de liquidez: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, que estabelece limites e procedimentos para garantir a liquidez necessária para o funcionamento normal da empresa.

39. Risco de crédito: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Crédito, que estabelece limites e procedimentos para garantir a recuperação dos créditos devidos pela empresa.

40. Risco de mercado: Este risco é gerenciado através da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, que estabelece limites e procedimentos para garantir a proteção do valor da empresa frente a variações de preços de commodities e taxas de juros.

Edital de Licitação, Praça 30, Rua... 1011897-24/2019-28.2022.0-01. Ref: Renovação de Contrato...

Edital de Licitação, Praça 30, Rua... 1013038-79/2020-8.2022.0-01. Ref: Contratação de Serviços...

Edital de Licitação, Praça 30, Rua... 1013647-1/2019-28.2022.0-01. Ref: Contratação de Serviços...

Edital de Licitação, Praça 30, Rua... 1013037-24/2022-8.2022.0-01. Ref: Contratação de Serviços...

Edital para contratação genérica - Praça 30, Rua... 1001227-29/2022-8.2022.0-01. Ref: Contratação de Serviços...

Greenyell do Brasil Energia e Serviços Ltda.

Balanco Patrimonial - 31 de dezembro de 2019 e 2018. Circulante, Ativo, Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício 2019 e 2018.

Greenyell do Brasil Energia e Serviços Ltda.

Balanco Patrimonial - Dezembro de 2020 (Valores Expressos em Milhares de Reais). Circulante, Ativo, Passivo, Demonstração do Resultado - Dezembro de 2020.

SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE. Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais! Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

Centro Comercial Taquari S.A. Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2021. Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31/12/2021.

Recomendações a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 10.508.845,25...

Administrador: Renato Alves. Contador: Mauro Cardoso.

EMAN PARTICIPADOS S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.

Centro Comercial Taquari S.A. Balanco Patrimonial Encerrado em 31/12/2021. Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo, Demonstração do Resultado do Exercício Encerrado em 31/12/2021.

Recomendações a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 10.508.845,25...

Administrador: Renato Alves. Contador: Mauro Cardoso.

EMAN PARTICIPADOS S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.

Balanco Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2021. Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado em milhares de reais, Demonstração dos Fluxos de Caixa em milhares de reais.

HEIHOSS ADMINISTRADORA S.A.



tributaria.com.br

XPCF Carmonte Participações S.A.
CNPJ nº 20.818.307/0001-24

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em Reais (R\$)

	Passivo		Controladora		Controlado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes	890.787	3.118	205.706			
Receitas a receber			822.545			
Clientes						
Provedores a pagar						
Outros créditos - Circulante	2.541	382	382			
Outros créditos - Não circulante	2.989.582					
Total ativo circulante	893.289	3.500	4.819.276			
Ativo não circulante						
Imobilizações			2.120.000			
Investimentos			2.120.000			
Total ativo não circulante			2.120.000			
Total ativo	893.289	2.120.000	4.819.276			
Passivo						
Circulante						
Emprestimos						
Impostos a receber - Comente						
Impostos a receber						
Dividendos a pagar						
Outros débitos - Circulante						
Outros débitos - Não circulante						
Total passivo circulante						
Ativo não circulante						
Reserva de Impostos Diferidos - PUC						
Emprestimos e Financiamentos PNC						
Outros débitos - Não circulante						
Total passivo não circulante						
Total passivo e patrimônio líquido						
Patrimônio líquido						
Capital social			1.000	1.000	1.000	1.000
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados			3.819.276	1.000.000	3.819.276	1.000.000
Total do patrimônio líquido			4.819.276	1.001.000	4.819.276	1.001.000
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			4.819.276			

XPCF Paula Ney Participações S/A
CNPJ nº 22.255.828/0001-17

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - Valores em Reais (R\$)

	Ativo		Controladora		Controlado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes	232.806	3.270	232.806	812.338		
Clientes - Provedores a receber						
Clientes - Impostos a receber						
Clientes - Outros créditos						
Outros créditos - Circulante						
Outros créditos - Não circulante						
Total ativo circulante	433.942	3.544	433.942	14.739.183		
Ativo não circulante						
Investimentos						
Total ativo não circulante						
Total do Ativo	433.942	3.544	433.942	14.739.183		
Passivo						
Circulante						
Dividendos a pagar						
Outros débitos - Circulante						
Outros débitos - Não circulante						
Total passivo circulante						
Passivo não circulante						
Emprestimos e Financiamentos PNC						
Outros débitos - Não circulante						
Total passivo não circulante						
Total passivo e patrimônio líquido						
Patrimônio líquido						
Capital social			200	200	200	200
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados			1.800.445	1.569.445	1.800.445	1.569.445
Total do patrimônio líquido			1.999.845	1.769.645	1.999.845	1.769.645
Total do Passivo e Patrimônio Líquido			1.999.845			

STF tem maioria para ampliar decreto sobre fundo do meio ambiente

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou na quarta-feira (27) maioria de votos para considerar inconstitucional o decreto do presidente Jair Bolsonaro que alterou composição do conselho deliberativo do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA), criado em 1989 para apoiar projetos na área ambiental com recursos públicos.

Até o momento, o placar da votação está em 9 a 1 para anular o decreto. Após a formação da maioria, a sessão foi suspensa e será retomada nesta quinta-feira (28) com o voto do presidente, ministro Luiz Fux, último que falta ser proferido.

A posição da relatora, ministra Carmen Lúcia, está prevalecendo. Para a ministra, o presidente da República pode mudar a estrutura do conselho, mas não pode excluir a participação popular exercida pela sociedade civil.

Segundo a ministra, medidas administrativas não podem suprir o caráter de proteção ambiental alcançado.

O julgamento começou no dia 7 de abril. Durante as sessões, o entendimento da relatora foi seguido pelos ministros Ricardo Lewandowski, André Mendonça, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luis Roberto Barroso, Rosa Weber, Dias Toffoli e Gilmar Mendes.

O ministro Nunes Marques abriu a divergência e votou pela validade do decreto. Para o ministro, a alteração do conselho foi uma opção política legítima do presidente da República.

O STF julga uma ação protocolada pela Rede para contestar a legalidade do Decreto 10.224/2020, editado pelo presidente Jair Bolsonaro para regulamentar a Lei 7.979/1989, que criou o fundo.

De acordo com a legenda, a norma excluiu a participação da sociedade civil no conselho deliberativo e feriu o princípio constitucional da vedação ao retrocesso.

O novo decreto definiu que o colegiado é composto pelo ministro do Meio Ambiente, que o preside, representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministros da Economia e do Meio Ambiente, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Antes, o FNMA era regulamentado por um decreto de 2009 e seu conselho, além de indicados pelo governo, contava com a participação de representantes da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (Abema), Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (Anamma), do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (FBOMS), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mais um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

No primeiro dia de julgamento, o advogado-geral da União, Bruno Nami, defendeu a validade do decreto e negou qualquer tipo de violação aos preceitos constitucionais. Segundo Nami, o objetivo da norma foi regulamentar o fundo.

"O que se tem aqui é o legítimo exercício do poder regulamentar do presidente da República em relação a lei que criou o fundo nacional do meio ambiente. Não se extrai da Constituição Federal nenhum aspecto compulsório quanto ao modelo de composição desse fundo", afirmou.

O procurador-geral da República, Augusto Aras, também defendeu a constitucionalidade do decreto e afirmou que a medida foi feita dentro das prerrogativas da Presidência da República. (Agência Brasil)

Câmara aprova MP com piso permanente de R\$ 400 para Auxílio Brasil

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (27) a medida provisória que aumentou o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 400. O texto torna esse piso permanente. A matéria segue para a análise do Senado.

Inicialmente, o texto enviado pelo governo previa o pagamento desse complemento somente até dezembro desse ano. Após pressão de líderes partidários, o relator da proposta, deputado João Roma (PL-BA), incluiu o caráter permanente do benefício extra para complementar o valor do Auxílio Brasil até chegar ao mínimo de R\$ 400 por família. Parlamentares de oposição tentaram subir para R\$ 600, mas o valor foi rejeitado pelo relator.

A estimativa é que o governo precise de R\$ 41 bilhões por ano para bancar o complemento do benefício, quase o mesmo valor usado para pagar o Auxílio Brasil, cerca de R\$ 47,5 bilhões.

Segundo defezo
João Roma incluiu um trecho que limita a 30% os descontos do valor pago mensalmente às famílias que recebem o segundo defezo durante os seis primeiros meses de operação do Auxílio Brasil.

"Valas regras atuais, essas famílias vulneráveis podiam ter 100% dos valores de benefício mínimo retido para essa finalidade, o que julgamos conveniente evitar neste difícil momento", explicou o deputado.

PEC dos Precatórios
Ampliação do Auxílio Brasil foi viabilizada após aprovação da PEC dos Precatórios, que incluiu um dispositivo que determina que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade tem direito a uma renda familiar básica, garantida pelo poder público. Segundo o relator, o número de beneficiários atendidos pelo auxílio saltou de 14 milhões para mais de 18 milhões. (Agência Brasil)

IFM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 05.062.040/0001-22, NIRE nº 35.260.181.001

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

	BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais		REMONSTRADO DO RESULTADO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.071	257	4.749	
Receitas a receber	93	25	3.727	
Dividendos a receber	4.318.200			
Ativo não circulante				
Investimentos	12.425.400	13.329.340		
Total do Ativo	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Provedores a receber	2.584.939	2.584.939		
Dividendos a pagar				
Ativo não circulante				
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados				
Outros débitos - Não circulante				
Total passivo e patrimônio líquido	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

IFM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 05.062.040/0001-22, NIRE nº 35.260.181.001

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

	BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais		REMONSTRADO DO RESULTADO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.071	257	4.749	
Receitas a receber	93	25	3.727	
Dividendos a receber	4.318.200			
Ativo não circulante				
Investimentos	12.425.400	13.329.340		
Total do Ativo	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Provedores a receber	2.584.939	2.584.939		
Dividendos a pagar				
Ativo não circulante				
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados				
Outros débitos - Não circulante				
Total passivo e patrimônio líquido	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

IFM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 05.062.040/0001-22, NIRE nº 35.260.181.001

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

	BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais		REMONSTRADO DO RESULTADO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	834	316	4.749	
Receitas a receber	93	25	3.727	
Dividendos a receber	4.318.200			
Ativo não circulante				
Investimentos	12.425.400	13.329.340		
Total do Ativo	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Provedores a receber	2.584.939	2.584.939		
Dividendos a pagar				
Ativo não circulante				
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados				
Outros débitos - Não circulante				
Total passivo e patrimônio líquido	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

Câmara aprova MP com piso permanente de R\$ 400 para Auxílio Brasil

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (27) a medida provisória que aumentou o valor mínimo do Auxílio Brasil para R\$ 400. O texto torna esse piso permanente. A matéria segue para a análise do Senado.

Inicialmente, o texto enviado pelo governo previa o pagamento desse complemento somente até dezembro desse ano. Após pressão de líderes partidários, o relator da proposta, deputado João Roma (PL-BA), incluiu o caráter permanente do benefício extra para complementar o valor do Auxílio Brasil até chegar ao mínimo de R\$ 400 por família. Parlamentares de oposição tentaram subir para R\$ 600, mas o valor foi rejeitado pelo relator.

A estimativa é que o governo precise de R\$ 41 bilhões por ano para bancar o complemento do benefício, quase o mesmo valor usado para pagar o Auxílio Brasil, cerca de R\$ 47,5 bilhões.

Segundo defezo
João Roma incluiu um trecho que limita a 30% os descontos do valor pago mensalmente às famílias que recebem o segundo defezo durante os seis primeiros meses de operação do Auxílio Brasil.

"Valas regras atuais, essas famílias vulneráveis podiam ter 100% dos valores de benefício mínimo retido para essa finalidade, o que julgamos conveniente evitar neste difícil momento", explicou o deputado.

PEC dos Precatórios
Ampliação do Auxílio Brasil foi viabilizada após aprovação da PEC dos Precatórios, que incluiu um dispositivo que determina que todo brasileiro em situação de vulnerabilidade tem direito a uma renda familiar básica, garantida pelo poder público. Segundo o relator, o número de beneficiários atendidos pelo auxílio saltou de 14 milhões para mais de 18 milhões. (Agência Brasil)

IFM PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 05.062.040/0001-22, NIRE nº 35.260.181.001

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021

	BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de reais		REMONSTRADO DO RESULTADO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	834	316	4.749	
Receitas a receber	93	25	3.727	
Dividendos a receber	4.318.200			
Ativo não circulante				
Investimentos	12.425.400	13.329.340		
Total do Ativo	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Provedores a receber	2.584.939	2.584.939		
Dividendos a pagar				
Ativo não circulante				
Reserva de lucros (Prejuízo) acumulados				
Outros débitos - Não circulante				
Total passivo e patrimônio líquido	17.814.771	13.511.622	8.476.476	14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

REMONSTRADO DO RESULTADO ABSTRATO ABSTRATO ABSTRATO

Resultado do exercício: 8.476.476

Resultado do exercício anterior: 14.739.183

Diagnóstico de depressão cresce 40% durante a pandemia

Investimentos no Tesouro Direto superam resgates em R\$ 2,11 bilhões

Os investimentos em títulos do Tesouro Direto somaram R\$ 4,13 bilhões em março, enquanto os resgates atingiram R\$ 2,02 bilhões. Dessa forma, houve emissão líquida de R\$ 2,11 bilhões, segundo informou na quarta-feira (27), em Brasília, a Secretaria do Tesouro Nacional.

Em março, o total de investidores ativos no Tesouro Direto, aqueles que atualmente estão com saldo em aplicações no programa, teve um aumento de 37.993 investidores, atingindo a marca de 1.900.778 pessoas, a maior da série histórica iniciada em 2002.

O número de investidores cadastrados no programa aumentou em 521.402, crescimento de 73,94% em relação a março de 2021, chegando a 17.891.025 pessoas.

Operações de Investimento

As aplicações de até R\$ 1 mil representaram 58,43% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R\$ 7.105,91. O título mais demandado pelos investidores foi o indexado à taxa Selic (Tesouro Selic), que totalizou em vendas, R\$ 2,40 bilhões e correspondeu a 57,97% do total.

Os títulos indexados à inflação (Tesouro IPCA+ e Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) somaram R\$ 1,30 bilhão e corresponderam a 31,50% das vendas, enquanto os títulos prefixados (Tesouro Prefixado e Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) totalizaram R\$ 435,11 milhões em vendas,

ou 10,53% do total.

Resgates antecipados

Segundo o Tesouro Nacional, nas recompras (resgates antecipados), predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R\$ 1,04 bilhão (51,46%).

Os títulos remunerados por índices de preços (Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais e Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais) totalizaram R\$ 586,88 milhões (29,01%), os prefixados, R\$ 395,04 milhões (19,53%).

Prazo

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre um e cinco anos, que alcançaram 81,25% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 17,09%, enquanto os títulos com vencimento de cinco a 10 anos corresponderam 1,66% do total.

Estoque

Em março de 2022, o estoque do programa fechou em R\$ 86,41 bilhões, aumento de 3,87% em relação ao mês anterior (R\$ 83,19 bilhões).

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque somando R\$ 47,29 bilhões, ou 54,72% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R\$ 24,87 bilhões (28,78%), e os títulos prefixados, que somaram R\$ 14,25 bilhões, com 16,49% do total. (Agência Brasil)

O percentual de pessoas diagnosticadas com depressão no Brasil aumentou mais de 40% durante a pandemia de covid-19, passando de 9,6% no período anterior à crise sanitária, para 13,5% no primeiro trimestre deste ano.

Os dados divulgados na quarta-feira (27) são do Inquérito Telefônico de Fatores de Risco para Doenças Crônicas não Transmissíveis em Tempos de Pandemia (Covite), trabalho desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em parceria com a organização não governamental Vital Strategies.

Para o estudo, foram feitas 9 mil entrevistas por telefone, sendo metade por aparelho fixo e metade por celular, no período de janeiro a março. A amostra abrange as cinco regiões do país, incluindo população das capitais e do interior.

A prevalência da depressão é maior em mulheres, sendo 18,8% neste ano e 13,5% antes da pandemia. Entre as pessoas brancas, 16,5% foram diagnos-

ticas com o transtorno, número que era de 11% antes da crise sanitária. Entre a população negra, o percentual de pessoas diagnosticadas com depressão passou de 8,8% para 11,8%.

A assessora técnica da Vital Strategies, Luciana Sardinha, afirmou, no entanto, que os dados tratam apenas de pessoas que conseguiram um diagnóstico para o problema, não necessariamente todas atingidas pela depressão. "São aqueles que tiveram condição de ter acesso a um médico", enfatizou.

"Por mais que a gente tenha uma estratégia de saúde da família, de atenção básica, consolidada no país, grupos mais vulneráveis ou menos escolarizados ainda têm algumas barreiras, isso reflete nos dados", acrescentou o professor da Faculdade de Medicina da UFPEL Fernando Wehrmeister.

Segundo o professor, as populações mais vulneráveis enfrentam dificuldades para acessar os sistemas de saúde, que vão desde problemas de deslocamento até questões como a dis-

criminação. Estes grupos também costumam ter, de acordo com o pesquisador, "piores indicadores em saúde".

O professor da escola de Educação Física da UFPEL, Pedro Hallal, destacou que a falta de atividade física e a alimentação pobre nutricional são fatores de risco para doenças crônicas e que afetam mais, segundo os dados, as populações mais vulneráveis. Por isso, ele defende que as políticas de prevenção tenham atenção especial a esses grupos. "Nós precisamos focar em quem mais precisa", destacou.

Houve um aumento de 40% no percentual de pessoas que não fazem atividades físicas e caiu em 21,4% no percentual de ativos. Antes da pandemia, 38,6% das pessoas praticavam atividades físicas regularmente, número que ficou em 30,3% neste ano. O percentual dos que eram inativos passou de 13,1% no período pré-crise sanitária, para 18,4% atualmente.

Entre a população com até 8 anos de estudo, o percentual de fisicamente ativos caiu de 31,8% para 22,3%. Para as pessoas com 12 ou mais anos de educação formal, 51% eram ativos antes da pandemia, percentual que ficou em 43,6% após a crise.

O consumo regular de verduras e legumes teve queda de 12,5% entre o total da população durante a pandemia. Antes da crise sanitária, os vegetais faziam parte das refeições de 45,1% da população, percentual que ficou em 39,5% neste ano. O número não variou, entretanto, entre as pessoas com 12 ou mais anos de estudo, ficando em pouco mais de 53% nos dois cenários.

Na população com até 8 anos de escolaridade houve uma queda de 43,9% para 34,9%. Entre as pessoas brancas, o percentual saiu de 49,6%, antes da pandemia, para 46,2% no primeiro trimestre desse ano. Para as pessoas negras, o índice de pessoas que consomem legumes regularmente passou de 42,5% para 35,6%. (Agência Brasil)

Adiamento de comunidades no WhatsApp é decisão global, diz ministro

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, disse na quarta-feira (27) que a decisão do WhatsApp, de adiar, para depois das eleições, a criação de "comunidades" e outras mudanças no aplicativo de mensagens não sofreu interferência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na quarta-feira, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro reuniram-se com representantes do WhatsApp e da Meta (nome corporativo do Facebook). A reunião foi agendada com o objetivo de elucidar dúvidas sobre possível interferência das autoridades eleitorais brasileiras. Após a reunião, em entrevista à imprensa, Faria contou que as mudanças previstas serão globais e não restritas ao Brasil.

No último dia 14, a empresa anunciou a criação das comunidades, que terão mais pessoas do que os grupos de WhatsApp com 250 usuários. Mas a funcionalidade só estará disponível após as eleições.

Também foram anunciadas mudanças nos grupos já existentes. Uma ferramenta de reações, como a do Facebook, será inserida para que pessoas possam se posicionar sobre as mensagens. Administradores poderão apagar mensagens.

Além disso, será possível compartilhar arquivos com até 2 GB e fazer salas de conversa em áudio com até 32 pessoas.

Além disso, será possível compartilhar arquivos com até 2 GB e fazer salas de conversa em áudio com até 32 pessoas.

Lixo eletrônico

De acordo com o ministro, os representantes do aplicativo disseram que a restrição do número de integrantes de comunidades evita lixo eletrônico similar ao observado em e-mails.

"Foi uma decisão global porque eles não querem que o WhatsApp fique como o e-mail, com muitas mensagens que vão para o lixo eletrônico", disse o ministro.

"Saiu na imprensa que o TSE teria pedido para o WhatsApp não iniciar algumas operações no Brasil antes da eleição. Eles deixaram claro que isso não ocorreu e que as decisões tomadas foram da empresa. É uma decisão do mercado. Então, não tem por que, nem como o Poder Executivo interferir. Somos um governo liberal, a favor do livre mercado", acrescentou.

Ainda segundo Faria, os representantes explicaram que a decisão por diminuir, em caráter global, o encaminhamento de mensagens tem por objetivo evitar mensagens indesejadas. "Então, nada tem a ver com eleição", completou. (Agência Brasil)

Crescimento na América Latina cairá para 1,8% com guerra e inflação

As incertezas provocadas pela guerra na Ucrânia sobre a inflação e a volatilidade do sistema financeiro farão as economias da América Latina e do Caribe crescer menos em 2022, divulgou na quarta-feira (27) a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O órgão, vinculado às Nações Unidas, reduziu a previsão de crescimento da região de 2,1% para 1,8% neste ano.

Para o Brasil, a estimativa de expansão do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) caiu de 0,5% para 0,4% em 2022, abaixo da média do continente sul-americano. A previsão de crescimento para as economias da América do Sul aumentou levemente, de 1,4% para 1,5%, graças à melhoria das previsões em diversos países vizinhos.

A estimativa para o crescimento econômico passou de 2,2% para 2,1% neste ano. No Brasil, o PIB cairá de 1,8% para 1,5%, enquanto na Colômbia, de 3,1% para 3,9% no Uruguai e de 3% para 5% na Venezuela. Em contrapartida, caiu de 1,9% para 1,5% no Chile e de 3% para 2,5% no Peru.

O restante da América Latina também enfrenta desaceleração econômica. A Cepal revisou, de 3,3% para 2,3%, a previsão de crescimento para a América Central e o México. Para o Caribe (exceto a Guiana), a estimativa caiu de 6,1% para 4,7%.

Em nota, a Cepal informou que os impactos da guerra na América Latina e do Caribe enfrentam uma conjuntura complexa em 2022 devido ao conflito bélico entre Rússia e Ucrânia. Para o órgão, no âmbito regional, o menor crescimento esperado será de integrantes de comunidades evita lixo eletrônico similar ao observado em e-mails.

2022 devido ao conflito bélico entre Rússia e Ucrânia. Para o órgão, no âmbito regional, o menor crescimento esperado será de integrantes de comunidades evita lixo eletrônico similar ao observado em e-mails.

BRASILIANA

MAURICIO PICAZO GALHARDO

Então olhei para o campo e vi o Brasil ...

- Quero saber apresenta:

... em sua primeira visita à América Latina, esteve no Brasil a diretora-geral da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala. Ela esteve com a Frente Parlamentar da Agropecuária, também com o presidente da República Jair Messias Bolsonaro. O Brasil tem papel importante no fornecimento de alimentos e insumos agrícolas em meio ao aumento da insegurança alimentar global, disse o presidente Jair Bolsonaro à diretora-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), a nigeriana Ngozi Okonjo-Iweala. Segundo o Itamaraty, Bolsonaro destacou a importância do comércio de produtos agrícolas e de insumos, como fertilizantes, para garantir a segurança alimentar mundial...

*** A guerra na Ucrânia, nos leva à repensar a criação de uma globalização regional?**

*** O Brasil depende da compra de fertilizantes?**

*** Sem importação de fertilizantes o Brasil não pode honrar seus compromissos**



Nilson Leitão - Presidente do IPA / Deputado Zé Silva (SD-MG) / Ngozi Okonjo-Iweala - Diretora-geral da OMC

O Brasil depende da importação de fertilizantes, inclusive para honrar os compromissos no comércio agrícola especialmente. A guerra da Rússia com a Ucrânia trouxe para discussão de se repensar a globalização mundial para uma globalização regional. As américas para os americanos, a África para os africanos, a Ásia para os asiáticos, a Europa para os europeus, é mais ou menos isso. Precisamos formular o desenho de uma globalização continental. Em 2020 a população mundial de grãos foi de 2.961,6 milhões de toneladas, o Brasil (deduzidas as importações) exportou 243,2 milhões de toneladas, ou seja 8% da participação mundial. A população alimentada pelo Brasil no mundo é cerca de 636.922.324 milhões de pessoas.

Por hoje é isto. Boa semana, com paz, saúde, felicidade, sossego e harmonia. Até a próxima palavra Brasiliana.

Promulgada emenda sobre aplicação mínima de recursos na educação

O Congresso Nacional promulgou, na tarde da quarta-feira (27), a emenda à Constituição que impede a punição a gestores municipais que não aplicaram os percentuais mínimos de gastos com educação em 2020 e 2021.

A justificativa para a aprovação da emenda é que a pandemia de covid-19, que obrigou a suspensão de aulas presenciais, e, ao mesmo tempo, o redimensionamento de verbas para a área da saúde, impediu prefeitos de investirem em educação a porcentagem mínima prevista em lei.

Por conta da suspensão de aulas presenciais, gastos com transporte escolar e merenda não foram necessários.

"A interrupção ou redução das aulas presenciais acarretaram a redução significativa dos gastos relacionados à logística e aos espaços físicos dos sistemas de ensino, inclusive aqueles relacionados ao transporte escolar dos alunos", disse o presidente do TSE, o ministro Rodrigo Pacheco, durante solenidade de promulgação da emenda.

"A execução dessas despesas se tornou, dessa forma, temporariamente desnecessária ou diminuída, com paulatina recomposição, paralelamente aos movimentos de aquisição de vacinas e mitigação do isolamento social. Ignorar tais circunstâncias e culpabilizar o gestor, que está na ponta, significaria enviar um péssimo sinal para toda comunidade envolvida com a educação pública brasileira", acrescentou o ministro.

A Constituição determina que a União aplique em educação pelo menos 18% e estados e municípios pelo menos 25%

do total de receitas vindas de impostos. Se a emenda não tivesse sido aprovada no Congresso, os gestores que não aplicaram o mínimo previsto poderiam sofrer penalidades cíveis ou criminais, além de sanções administrativas. Com a promulgação da emenda, essas penalidades estão afastadas.

Segundo levantamento da consultoria do Senado, apenas 280 dos 570 municípios cumpriram com a destinação mínima, o que representa 5% do total de municípios do país. (Agência Brasil)

Missão de países de língua portuguesa virá ao Brasil observar eleições

Uma missão de observação eleitoral da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) virá ao Brasil para acompanhar as eleições de outubro, confirmou na quarta-feira (27) o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A CPLP possui uma Rede Eleitoral, com representantes dos órgãos eleitorais de Brasil, Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. Em reunião administrativa realizada na terça-feira (27), o colegiado aprovou o envio de uma missão ao Brasil.

"Para o TSE, a participação da CPLP como observadora das eleições brasileiras é realmente muito importante. Lembremos que temos como lema paz e segurança nas eleições", disse o ministro Edison Fachin, presidente do TSE no Brasil.

O TSE havia convidado a CPLP em 12 de abril. Em busca de dar maior confiabilidade ao

processo eleitoral deste ano, neste ciclo a Corte Eleitoral iniciou uma missão de observação internacional para que participem como observadores do pleito no Brasil.

Também foram convidados recentemente a enviar missões ao Brasil: a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Caricom (Caribbean Community and Common Market), o Parlamento Mercosul (Parlasul), a Fundação Internacional para Sistemas Eleitorais (Ifes) e a União Inter-

americana de Organismos Eleitorais (Uniore). "As conversas com esses organismos estão em andamento", informou o TSE.

É comum que haja missões de observação internacionais durante as eleições no Brasil. Menos comum, contudo, é a participação simultânea de diversos organismos internacionais. Nas eleições municipais de 2020, o pleito foi acompanhado por uma missão da OEA, (Agência Brasil)